

Reflexões sobre fontes orais através da desconstrução do depoimento de Jorge Oscar de Mello Flôres

Hernán Ramírez*

Neste artigo, propomos-nos fazer um exercício intelectual de desconstrução do depoimento que Jorge Oscar de Mello Flores concedera a pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicado no livro *Na periferia da História*. Para isso, confrontamos o capítulo 6, intitulado “Ibad e Ipes – o empresariado se organiza” (Mello Flores, 2000: 149-175) com outras fontes, outros testemunhos e as diversas fases do próprio discurso. Tal procedimento nos permitiu indagar sobre o dito e o não dito, ou o dito de outra forma, os significados-chave do relato que o entrevistado realiza e a forma como são organizados, interpretados e relacionados os temas que surgem na reconstrução de sua participação nos acontecimentos narrados, dando lugar a uma reflexão mais ampla acerca dos desafios de se trabalhar com a história oral como metodologia na abordagem das elites.

Para realizar este exercício de desconstrução apelamos a um formato diferente dos habitualmente empregados em artigos deste tipo, estabelecendo uma espécie de diálogo *sui generis* com os autores da entrevista, o que nos permitiu preservar seu sentido original e, ao mesmo tempo, incorporar nossas considerações no momento da confrontação. Assim,

* Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

inicialmente transcrevemos trechos do depoimento, grifando as perguntas dos entrevistadores, e, na continuação, colocamos nossas observações organizadas tematicamente, o que nos servirá de base para as reflexões posteriores.

Com isso não pretendemos deslegitimar os testemunhos orais como fontes, privilegiando os documentos escritos. Estes também devem ser submetidos a procedimentos similares, já que igualmente podem conter dados errôneos e incluso mentir propositalmente, como se desprende de muitas atas e dos balanços do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS)¹.

Entrando no assunto, é importante mencionar que o engenheiro carioca Mello Flores atuou como funcionário estatal e professor da universidade federal local. Na iniciativa privada o fez como diretor do grupo Sul América e seus momentos políticos mais importantes foram integrando o IPÊS, como secretário e ao comando do Grupo de Assessoria Parlamentar, e na FGV, à que esteve ligado desde sua criação em diferentes funções e que chegaria a presidir.

De curta existência, já que foi criado em 1961 e desmobilizado em 1971, o IPÊS congregou poderosos empresários, militares de alta patente e tecnocratas que se opuseram ao presidente João Goulart, com atuação fundamental na gestação do golpe de Estado de 1964 e na consolidação do governo autoritário instaurado posteriormente, como produtor e difusor de discursos e provedor de uma massa ingente de funcionários que virtualmente colonizaram bastas estruturas estatais.

Confrontação do depoimento

Em 1959 surge a primeira organização eminentemente política do empresário: o Ibad, Instituto Brasileiro de Ação Democrática. O senhor foi convidado a participar?

O Ibad era uma associação de empresários só com fins ideológicos refletindo-se eleitoralmente, isto é, o financiamento de campanhas das que possuíam idéias anti-socialistas. Era meio di-

1 Usamos a sigla com acento circunflexo, tal como foi registrada sua logomarca.

tatorial, comandado pelo Ivan Hasslocher. Nunca participei dele, até porque nunca fui convidado, embora conhecesse muito o Ivan – era meu companheiro no Conclap. Todavia, ele me deu uma autorização por escrito para que eu, enquanto estivesse em Brasília, comandasse o Ibad de lá – eu estava no Ipes, na época. [...]

O Ibad e o Ipes trabalhavam com alguma coordenação?

Só lá em Brasília; no Rio e em São Paulo era tudo independente. [...]

Portanto o Ipes não participou dessas outras organizações do Ibad, como a Adep, Associação Democrática Popular?

Não, nem mesmo daquela Promotion, agência de propaganda subsidiária do Ibad, como andaram espalhando. [...]

Embora a relação mantida entre o IPÊS e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) tenha ficado praticamente como uma incógnita, a colaboração entre os dois institutos é demonstrada por atividades que denotavam certo trabalho em conjunto, entre elas, as leis sobre remessa de lucros e reforma agrária, um projeto sobre casas populares, diversas publicações e o envolvimento nas eleições de 1962, assim como na circulação de um grupo de membros entre os institutos, destacando-se José Arthur Rios e Dênio Chagas Nogueira.

José Garrido Torres, chefe do Grupo de Estudo e Doutrina (GED), assim expressava: “É nossa intenção proceder do mesmo modo em relação à reforma agrária e ao problema da casa popular. Esses dois projetos estão sendo financiados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática e, graças ao ‘modus vivendi’ combinado, serão discutidos por equipes de empresários e técnicos no IPÊS” (De Garrido Torres para o General Herrera, Rio de Janeiro, 20/3/1962).

Mello Flores, chefe do Grupo de Ação Parlamentar (GAP), comentava que o “IPES havia meramente se aglutinado ao IBAD” e tornava explícita a interconexão entre os dois com a Associação Democrática Parlamentar (ADP) no Congresso em uma carta na que assinalava as diversas vantagens que adviriam dessa “tática”, pela qual “os projetos técnicos” seriam contrapostos aos projetos “demagógicos” dos “agitadores” (Atas do CE do IPÊS/Rio, 11/5/62; Atas dos CE do IPÊS, Reuniões

conjuntas, 30/8/62. Carta de Jorge Oscar de Mello Flores para Glycon de Paiva Teixeira. Rio, 15/4/63.).

Teoricamente, o senhor acredita que o parlamentarismo seria uma solução para a vida política brasileira?

[...] Quando eu chegava em Brasília, na minha função do Ipes, antes de conversar com o Herbert Levy, presidente da UDN, e com o Amaral Peixoto, presidente do PSD, eu falava com o João Mendes, presidente da Ação Democrática Parlamentar, que tinha mais força que os outros [...]

Acho que o parlamentarismo dá mais defesas ao país. Mas no caso do Jango, quando vi que ele ficaria sempre responsabilizando o primeiro-ministro, eu dizia: “Vamos logo para o presidencialismo para poder furar o tumor”. Foi o único ponto em que nós, do Ipes, divergimos do Ibad. O Ibad, pela oposição sistemática ao governo, era contra o presidencialismo, que o Jango queria. Mas nós do Ipes achamos que, estrategicamente, era muito melhor o retorno ao presidencialismo. Era mais fácil derrubar o Jango nesse regime.

Portanto, as diferenças entre o IPÊS e o IBAD assinaladas por Mello Flores parecem ser assim não tão profundas.

A plataforma do Ibad era fortemente anticomunista [...]

Ah, era. O Ibad era muito mais radical que o IPES, embora as preocupações fossem semelhantes. Mas o Ibad era mais violento nas atitudes, mais ousado. No governo do Jango houve uma comissão parlamentar de inquérito sobre as atividades do Ibad, e o instituto foi fechado. O Ibad tinha muitos recursos e ficou com receio de que o Jango quisesse violar o sigilo bancário; assim, passou os recursos todos para o meu banco, o Chase, e eu não permiti que ninguém examinasse as contas do Ibad. Eu nunca soube direito qual era a origem do dinheiro [...]

Além de demonstrar cumplicidade para com as atividades do IBAD, evidencia-se a participação de uma filial transnacional nesse tipo de atividade, circunstância que Mello Flores tratará de negar durante a entrevista.

Um dos episódios mais marcantes da atuação do Ibad foi a eleição de 1962 em Pernambuco. O senhor chegou a tomar conhecimento dessa movimentação do Ibad no estado?

[...] E um dia me telefona um indivíduo dizendo que poderia arranjar dinheiro para financiar a campanha do Cleofas. [...] O indivíduo chegou, falou, sabia de toda a nossa vida. E o Gallotti e o Polland: “Mas o senhor sabe de toda a nossa vida! Nós não sabemos quem é o senhor; como é que podemos confiar?” [...].

[...] Eu nunca soube quem ele era de verdade, apenas consegui apurar que era advogado de uma empresa italiana de seguros. Ficamos em contato. Eu telefonava pedindo recursos, ele mandava, e eu enviava para Pernambuco [...] em nome de uma pessoa que não existia. Tudo se passava no banco que eu presidia, de modo que ninguém ia verificar se essa pessoa que remetia dinheiro para Pernambuco existia ou não [...].

Levando em consideração a preocupação que vários membros do IPÊS tiveram em obter dados sobre um conjunto amplo de pessoas, torna-se difícil crer nesse relato. Nossa desconfiança também é justificada pela participação do general Golbery do Couto e Silva na chamada comunidade de informações e na criação do SNI, organismo para o qual foram remetidos aproximadamente 400.000 dossiês provenientes do IPÊS, e ainda devido à desenvoltura de seus membros para transitar nos meandros da inteligência militar (Atas da CD do IPÊS/GB, 4/8/68, 20/9/68 e 27/9/68).

Esse advogado misterioso não poderia ser alguém ligado ao Ibad?

Não sei, mas muito tempo depois, conversando com o Francisco Lampreia, ele ficou indignadíssimo quando contei a história: “Eles não podiam mandar para ninguém de fora” Ele fez uma revelação assim, como se houvesse um compromisso de exclusividade

com o Ibad e o sujeito tivesse feito um curto-circuito no esquema dele, dando dinheiro para outro grupo também. Essa atuação em Pernambuco não foi propriamente do Ipes, porque essas operações nem passavam pelo Ipes. Éramos apenas um grupo paralelo à organização: Harold Polland, Antônio Gallotti e eu.

Embora não existam referências concretas nas Atas do IPÊS, sabe-se que a luta em Pernambuco despertou as atenções de várias organizações, entre elas o IBAD e a Embaixada Americana, que promoveram ações visando sua contenção, muitas delas encobertas. Entretanto, coube ao IPÊS apenas um papel secundário nessas atividades, talvez porque esse Instituto teve uma inserção predominantemente urbana e também pelo fato de que seu projeto de reforma agrária contrariava interesses latifundiários.

Estamos sentindo que o senhor tem algumas restrições ao Ibad.

Restrições não, os procedimentos é que eram diferentes. Começa que nós tínhamos tudo às claras. Já o Hasslocher sempre se recusou a explicar de onde é que vinha o seu dinheiro; ele teve a coragem de entrar num negócio em que eu nunca entraria. Agora, ele tinha muito mais dinheiro que o Ipes, nem se compara. E ainda, o Ipes era inteiramente independente do exterior; e o Ibad, talvez porque recebesse dinheiro de fora, tinha que ocultar seu patrimônio e seus recursos. [...]

Lá em Pernambuco, os cheques eram assinados conjuntamente pelo Renato Bezerra de Melo e o Miguel Vita. Isso acontecia com todo o dinheiro que arranjávamos, não só com esse [...]

E havia sócios?

Claro, e cobrávamos mensalidade. Agora, as doações extras aconteciam mais quando havia eleição e passavam inteiramente por fora do Ipes [...]

No depoimento, bem como em diversas evidências empíricas ficam evidente as contradições de Mello Flores acerca de que no IPÊS tinham tudo às claras.

Por exemplo, seu presidente João Batista Leopoldo de Figueiredo teve papel importante no depoimento à CPI do IBAD, na qual declarou: “não há ligação entre o IPÊS e o IBAD” (*O Estado de S. Paulo*, 26/6/63; *IPÊS Boletim Mensal*, jul de 1965, p. 3-5. Editorial.); também negou aportes de empresas estrangeiras, valendo-se da declaração de incompetência do Conselho Orientador para responder os pedidos formulados, por “desconhecer” a origem do capital das empresas associadas (Atas do CO do IPÊS, 13/11/63). Por tal razão, simplesmente não foram remetidos os documentos solicitados e, no final, o IPÊS foi absolvido com base no fato de que não havia realizado nenhuma atividade incomum que infringisse os objetivos publicamente declarados na sua Carta.

As Atas do próprio Instituto estão repletas de indicações sobre a necessidade de manter sob sigilo determinadas atividades. Para Glycon de Paiva Teixeira, seu vice-presidente, “ação política é igual a ação discreta” (Atas da CD do IPÊS/Rio, 22/5/62.); e numa reunião que tratava da compra de veículos de imprensa aconselhava “a operação deve ser rápida e discreta, ou se perderá” (Ata da Reunião Plenária do CE do IPÊS, 8/4/63). Paulo Ayres Filho, falando a respeito dos anteprojetos de lei, sugeria abordá-los “sempre denotando cautela, pela probabilidade de que cada documento venha a gerar uma ‘bola de neve’, com rumos imprevisíveis”. O general Heitor Almeida Herrera, membro do Comitê Diretor (CD), acrescentava: “Existe também o problema do sigilo dos serviços, especialmente das conclusões, pois a maioria delas não pode ser escrita”. Entanto Figueiredo opinava: “O IPÊS não pode subscrever certos artigos” (Atas dos CE do IPÊS/Rio-SP, 23/11/62). Em uma reunião do CD, seguindo a sugestão de Wanderbilt Duarte de Barros, concordou-se que nem o IPÊS, nem o IBAD se manifestariam publicamente como patrocinadores ou defensores do projeto de Reforma Agrária no Parlamento ou através da imprensa. Este teria que tramitar sigilosamente (Atas do CE do IPÊS, 5/3/63; e Ata do IPÊS, 18/5/63).

Na carta do general Herrera a Sônia Seganfredo, na qual lhe propõe publicar um livro, indicava que: “O general [Golbery] fará contato pessoalmente com você. que não sabe de nada”. Posteriormente, Sônia Seganfredo, em carta ao SNI, expressava: “O IPÊS... pedia-me sigilo quanto a sua participação na edição, pois não poderia ‘se comprometer’ [...]”. Um ano depois, a gaúcha continuava com uma missiva ao próprio IPÊS: “O General Herrera não me explicou o porque do sigilo pedido a mim, pelo

General Golbery, quando da publicação de meu livro por interesse do IPÊS. Talvez, houvesse a intenção de ‘proteger-me’. Mas, pergunto, não teria sido ao contrário” (Carta de Heitor Almeida Herrera a Sônia Sigamfredo, Rio, 25/10/62. Sublinhado no original; Carta de Sônia Sigamfredo ao SNI, Estado da Guanabara, 19/11/65; e Carta de Sônia Sigamfredo ao Conselho do IPÊS, Rio de Janeiro, 30/12/66).

A condução das finanças do IPÊS tampouco estava muito clara, como sugerem a troca de nome de diversas rubricas nos orçamentos, a orientação aos contadores de preparar uma “prestação de contas-padrão” (Atas do CE e da CD do IPÊS/SP, 27/11/62, Atas do IPÊS/SP, 11/9/62) bem como as recomendações de emitir recibos no lugar do Instituto por parte de associações subsidiadas pelo IPÊS/Rio.

Não obstante as afirmações de Mello Flores, o Instituto obteve colaboração do exterior e de empresas transnacionais radicadas no país. No final de 1962, registram-se aportes de duzentas e sete corporações americanas e um número significativo de companhias inglesas e alemãs, à par que foram procuradas insistentemente colaborações de empresas de outras origens, em especial suecas e belgas².

A criação de pequenas filiais, batizadas como “Ipesinhos”, favorecia a canalização de contribuições, outras eram efetuadas como pagamento pelos “seminários” realizados, e existiu a idéia de se montar escritórios de consultoria com esse fim.

Também eram recolhidas colaborações individuais, em especial de esposas de membros do Instituto e de outras senhoras da sociedade. Outro mecanismo ágil encontrado para esse propósito foi arrecadar fundos através de projetos especiais com fins e prazos determinados, como o Projeto Gammon, que esteve relacionado às eleições legislativas de 1962.

Além das contribuições em dinheiro, o IPÊS beneficiava-se de um vasto apoio logístico e material, incluindo a disponibilidade de transporte gratuito proporcionado pelas diferentes linhas aéreas nacionais e algumas internacionais que operavam no Brasil, empresas de ônibus e de outros

2 Atas do CE e do GE do IPÊS, 27/7/64; Atas do CE do IPÊS, 10/3/64; Atas do CE e da CD do IPÊS/SP, 20/11/62; Atas do IPÊS/Rio, 5/2/62 e 12/2/62; Atas da CD do IPÊS/Rio, 22/5/62; Atas do CE do IPÊS/Rio, 20/2/64; Atas da CD do IPÊS/GB, 4/8/66, 1/9/66, 20/10/66, 4/8/66, 15/12/67, 15/10/69 e 19/11/69; Ata da AGO do IPÊS/GB, 23/12/65 e 26/3/68; e *Carta Mensal do IPÊS/SP*, nov/dez de 1967, nº 9 e 10.

recursos para equipar e pagar despesas de seus escritórios, aí incluídas alguns salários e pró-labore do pessoal técnico³.

Já mencionamos aqui várias vezes o Ipes, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. Como surgiu a idéia de sua criação?

Logo após a posse do Jango, em setembro de 61, houve uma primeira reunião em casa do Antônio Galloti [...] Daí partimos para reuniões maiores [...]

Depois ampliamos mais as reuniões e passamos a nos reunir na Associação Comercial, que nos foi oferecida pelo presidente, Rui Gomes de Almeida. Até que numa reunião ficou tudo aprovado e, já de madrugada, resolveu-se eleger o presidente, e eu fui eleito. Aí o Gilberto Huber ponderou: “Se os cariocas fazem uma organização no Rio, com presidente do Rio, os paulistas não aderem, e vamos precisar muito de São Paulo”. Eu, então, agradei ao grupo e disse que achava melhor ficar como vice-presidente e oferecer a presidência aos paulistas. Fomos cinco empresários a São Paulo, e aí saiu presidente o João Batista Leopoldo de Figueiredo, um ótimo elemento.

Diversas fontes discordam sobre a data precisa da fundação do IPÊS. Segundo Dreifuss (1981), o Instituto teria sido criado o dia 29 de novembro de 1961. No entanto, encontramos informações registradas em cartório de que o IPÊS/SP foi fundado um dia depois, em 30 de novembro de 1961. Além dessas, existem outras duas fontes que indicam o dia 2 de fevereiro de 1962 para esse evento⁴.

3 Atas da CD do IPÊS, 27/11/62; Atas do CE do IPÊS, 31/7/62, 7/8/62, 12/2/63 e 4/3/63; Reunião Geral do CE do IPÊS, 23/10/62; Atas do CE do IPÊS/SP-Rio, 14/3/63; Atas do IPÊS/Rio, 5/2/62 e 27/3/62; Atas do CE e da CD do IPÊS/SP, 20/11/62; IPÊS Ch. Gr. São Paulo, 11/11/62; IPÊS Ch. Gr. 25/7/62; Carta de Glycon de Paiva a Alberto Byngton, de fev de 1962; General Liberato da Cunha Friedrich a João Baptista Leopoldo Figueiredo; Memorando, 12/3/63. Dreifuss, 1981: 224 e 225 e Rabelo, 1966: 115.

4 Diário Oficial do Estado de São Paulo 8/12/61; Certidões do 4º Registro de Títulos, Cartório Sebastião Medeiros de 14/12/61 e 15/12/61; *Livro Diário do IPÊS/Rio*, 1962; Relatório de Atividades do IPÊS de 1962; Relatório do IPÊS à CPI do IBAD; e Atas da CD do IPÊS/Rio de 27/3/62, 17/4/62, 23/4/62 e 2/5/68.

A diferença de um dia entre as duas primeiras datas é irrelevante numa análise aprofundada, enquanto que a outra faz alusão à fundação da seção carioca ou IPÊS/Rio, que experimentou um pequeno atraso em relação a sua similar paulista, demora que, ainda que exígua, chegaria de ter algumas conotações futuras.

Outra coisa: nos registros consta que João Batista Leopoldo de Figueiredo foi o presidente do Ipes de São Paulo.

Errado de novo. Nunca houve isso de Ipes de São Paulo e Ipes do Rio. O Ipes era um só; o presidente era de São Paulo e o vice, do Rio. Nós nos reuníamos, alternadamente, no Rio e em São Paulo. Isso é positivo, pode ter certeza. [...]

E o presidente, João Batista Leopoldo de Figueiredo, quem o escolheu?

Os paulistas. Nós oferecemos a presidência e eles indicaram o nome. Aliás, era uma pessoa corretíssima, que sempre agiu direito. Quando fizeram o inquérito contra o Ipes no Congresso, só ele foi inquirido, e foi ótimo: duro e firme. Até hoje considero que foi uma ótima escolha. [...]

Dessa forma, a lacuna no relato de Mello Flores a respeito da data de fundação do IPÊS evidencia a longa luta entre paulistas e cariocas pela condução da entidade. O Instituto no dia de sua criação elegeu seu CD, assegurando o controle futuro da seção de São Paulo mediante o artigo 17 dos estatutos, que dizia: “O primeiro Conselho Diretor será constituído pelos primeiros 12 (doze) sócios fundadores, abaixo assinados, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 1964”, todos paulistas.

O IPÊS/Rio passou a ter suas autoridades seccionais eleitas apenas em 27 de março do ano seguinte, quando Ruy Gomes de Almeida foi escolhido presidente, apresentando sua renúncia pouco tempo depois de assumir, nesse mesmo pleito Israel Klabin e Mello Flores foram eleitos respectivamente vice-presidente e secretário. Essa eleição teria sido apenas tática, já que no momento da posse dessa diretoria seus membros se articularam para introduzir modificações na instituição mãe.

Outra das circunstâncias em que se faria evidente essa disputa ocorreu com a criação do IPESUL, iniciativa que foi objeto de algumas restrições

iniciais pela seccional de São Paulo e que era incentivada pelos membros do Rio de Janeiro, talvez como forma de contrabalancear o poder interno que aquela exercia.

A oportunidade que os cariocas esperavam de se posicionar melhor frente aos seus pares paulistas ocorreu em 12 de outubro de 1962, momento em que o CD do IPÊS/Rio esboçou a lista de autoridades a serem apresentadas na Assembléia Geral Extraordinária que iria ocorrer no próximo 16, ocasião em que foi escolhida uma nova diretoria, na qual foram escalados igualmente representantes das duas seções, estrutura que é lembrada por Mello Flores, mas sem fazer menção ao processo pelo qual se chegou a ela.

Entrevistado pelo CPDOC, o ex-presidente do Banco Central, Dênio Nogueira, afirmou que quem financiava todo o Ipes era o Ipes de São Paulo. O senhor concorda?

Discordo inteiramente. O Dênio era nosso técnico, não estava por dentro dessa parte de dinheiro. [...] As empresas paulistas, mais numerosas, naturalmente, em seu conjunto, doavam mais para o Ipes que as do Rio. Mas a cúpula era muito uniforme, muito homogênea. [...]

O que se diz, em geral, é que o grupo carioca do Ipes era composto de pessoas mais preparadas intelectualmente e mais moderadas, que queriam discutir as reformas, queriam o fim do governo João Goulart, sim, mas não seriam conspiradores tão agressivos quanto os de São Paulo, que queriam uma interrupção imediata das regras constitucionais.

Essa afirmação é totalmente falsa. A turma do Rio, nesse aspecto de tirar o Jango, era muito mais ativa do que a de São Paulo. Os paulistas tinham uma visão, digamos, mais empresarial. [...] Eles trabalhavam mais em áreas estudantis, em áreas de trabalhadores, donas-de-casa, e nós aqui no Rio trabalhávamos mais nas áreas militares, mas acho que nós éramos mais atuantes que eles. Realmente, nós aqui nos preocupávamos mais com o estudo das reformas de base do que os paulistas, mas era porque era interessante tirar essas bandeiras do Jango. Nós queríamos derrubar o Jango. Éramos muito mais ativos, com o Golberri dentro do grupo.

Afinal, por que eu praticamente me transferei para Brasília? De São Paulo não havia ninguém, era eu sozinho a comandar as ações em Brasília. Essa é mais uma prova de que a turma do Rio era mais agressiva nesse ponto.

Vemos que as diferenças entre as duas seções eram profundas. Garrido Torres defendia o entrosamento com a seção paulista, tanto na representação de seus empresários em grupos de estudos, quanto na participação de seus técnicos e justificava sua posição dizendo: “Nossa orientação não é a do Grupo de Doutrina de São Paulo. Lá não dão mínima bola para empresários” (De Garrido Torres para a CD, IPÊS/Rio, 29/5/62. Atas da CD do IPÊS/Rio, 29/5/62.).

Antônio Gallotti, membro do CD, referindo-se à participação do grupo do Rio de Janeiro na assembléia que se aproximava, expressou: “Nós com grande capacidade de compreensão, mínimo de atritos”. Almeida, debutando como presidente do IPÊS/Rio, queria: “Diretores representado as várias correntes, não ficando corrente alguma de fora”; enquanto Gallotti, mais adiante, continua sua queixa de que era “difícil a articulação com S. Paulo” e sentenciava que “ou S. Paulo toma conta ou não se integra [...]”. Imediatamente Almeida opinou: “Claro que os homens do R. de Janeiro têm mais visão que os de S. Paulo que raciocinam sempre em termos regionais” (Atas da CD do IPÊS/Rio, 27/3/62).

Para o general Herrera era também fato que “os homens do Rio de Janeiro tinham mais visão que os de São Paulo”. Antônio Carlos do Amaral Osório, membro do CD, reconhecia que São Paulo estava crivada de “quistos... em um momento em que se necessitava de união” (Reunião do IPÊS, 12/2/62).

Por fim, essas visíveis diferenças levaram à separação definitiva das duas seccionais no dia 27 de maio de 1964, criando-se o IPÊS/GB que ganhou vida própria.

Entre a fundação do Ibad e a fundação do Ipes há o curto interregno do governo Jânio Quadros [...]

Logo depois da mudança da capital para Brasília, o pessoal do seguro começou a ficar preocupado, porque sentia a necessidade de manter uma estrutura na capital para acompanhar a tramitação

dos projetos de lei no Congresso, como fazíamos quando ele estava instalado aqui no Rio. Mas agora era necessário montar alguma coisa mais profissional. Acabamos encontrando [...] Francisco Nobre de Lacerda Filho [...] O pessoal do seguro o ajudou a montar uma empresa jornalística – Agência Jornalística do Planalto. Como jornalista ele podia freqüentar diariamente o Congresso, fazer intimidade com deputados e senadores, além de lhes prestar favores, enviando notícias às suas bases eleitorais.

Essa “ajuda” era estratégica e revela como o IPÊS agia com a imprensa. Depois de descartar a compra de um jornal, decidiu-se aproveitar os veículos existentes, por ser uma alternativa mais segura e menos onerosa. A quantidade de veículos com os quais teve contato foi imensa, no Brasil e também no exterior. Muitos de seus donos ou jornalistas se dedicaram pessoalmente a essa tarefa, oferecendo-lhe a oportunidade de divulgar suas idéias sem envolver o Instituto diretamente, já que de acordo com as circunstâncias se podia ou não atribuir-lhe sua autoria, e, em caso de necessidade, compravam-se espaços, como fez a Promotion SA com as páginas editoriais de *A Noite* e a agência de notícias Planalto. A idéia era “colocar a bola em jogo, mas sem a etiqueta *made in IPÊS*”⁵.

Houve alguma preocupação do Ipes em se aliar à Igreja Católica?

Não, porque a Igreja já estava sob grande suspeição, os confiáveis eram exceção. Já estava começando a comunização da Igreja. O arcebispo daqui do Rio, d. Jaime Câmara, dava apoio, mas já estava muito idoso e não teve uma participação muito ativa.

Lembro de uma [...] entre alguns membros da diretoria do Ipes e vários bispos, entre os quais d. Hélder Câmara, que já começou fingindo [...] Finalmente, chegou-se a um acordo: eles fariam determinadas ações, financiados por nós. Depois o negócio foi

5 Atas do IPÊS, 25/5/62; Atas do CE do IPÊS, 21/8/62, 11/9/62 e 29/11/62; Atas do CE do IPÊS/Rio, 27/3/62, 27/7/62 e 5/3/63; Atas da CD do IPÊS/Rio de 29/5/62; Atas da CD do IPÊS/Rio-SP, 20/11/62; Ata da Reunião Plenária dos CE do IPÊS, 8/4/63; Reunião Geral do IPÊS/SP, 23/12/62; e Livro Diário do IPÊS/Rio, 1962 e 1963.

delegado a alguém e nem sei como é que prosseguiu. Mas o único contato de que lembro com a Igreja foi esse.

Aparentemente os nexos eram mais profundos. Para Dario de Almeida Magalhães: “A tática é fazer a ação extremista, mas com uma porção de biombos” (Atas do CE do IPÊS/Rio, 19/6/62). Na estratégia do IPÊS a Igreja católica era um deles e, para colocá-la em prática, diferentes membros mantiveram aceitados contatos com o mundo religioso, declarando-se o Instituto um conspícuo defensor das normas da civilização ocidental cristã.

Essa sintonia plasmava-se em diversos convênios de cooperação assinados com várias entidades católicas, a tal ponto que a rubrica de Doações e Contribuições do IPÊS/Rio de 1962 e 1963, estava destinada integralmente a elas, em particular para organizações sindicais, educativas, culturais e recreativas. Além de repassar somas de dinheiro consideráveis, tais acordos estabeleciam uma ingerência direta no comando dessas entidades, criando-se conselhos nos quais os membros do Instituto tinham voz e voto (Atas do CE do IPÊS/Rio, 27/3/62; Livro Diário do IPÊS/Rio, 1962).

Por exemplo, a fluidez da relação do Instituto com as universidades católicas tinha chegado ao ponto que, para enfrentar o grave problema experimentado pelas empresas estrangeiras para efetuar contribuições, a CD anunciava a possibilidade de que pudessem contribuir por intermédio da PUC, alternativa que aparentemente não vingou (Atas da CD do IPÊS/Rio, 27/3/62).

Frutos dessa relação viram à luz inúmeros congressos, sendo especialmente importante o Fórum da Educação, fundamental para definir os destinos da educação superior brasileira após 1968, e publicações, nas que se destacava a impressão, distribuição e divulgação comemorativa da encíclica *Mater et Magistra*, que contou com a edição de um milhão de exemplares.

Juntamente às vinculações institucionais com a Igreja católica, as relações de caráter pessoal foram vitais. O IPÊS manteve contatos com frei Celso, capuchinho de São Paulo, os padres Pedro Velloso, da Escola de Formação de Líderes, Domingos Crippa, da Escola Superior de Liderança e da revista *Convivium*, Ponciano Dutra, que exibia filmes nos bairros, Paulo Crespo e Antônio Melo, ativistas rurais do Nordeste, com Fernando

Bastos D'Avila SJ, da revista *Síntese*, e outro trazido especialmente da Itália. A Irmã Cristina Folegatti recebia ajuda para a compra de móveis destinados às suas escolas e prestava auxílio como datilógrafa na Caixa de Ressonância⁶.

Na estratégia de penetração nas consciências mais jovens se orientaram as relações com a União dos Escoteiros do Brasil, dirigida por frei Daniel, que recebeu ajuda regular do IPÊS/Rio desde dezembro de 1962 até 1968, e a Associação Cristã de Moços (ACM)⁷.

Esse relacionamento chegava a níveis profundos, participando o Instituto nas divisões internas da Igreja ligado à direita católica, especialmente à *Opus Dei* através do IPÊS/SP. Inclusive, Paiva foi convidado ao Vaticano e Ayres Filho a Roma para debater sobre a explosão demográfica e a encíclica "*Populorum Progressus*", respectivamente (Atas da CE DO IPÊS/GB, 20/10/66 e Carta Mensal do IPÊS/SP, nov/dez de 1967, nº 9 e 10).

Já, Dom Helder Câmara aparece ligado a um trabalho sobre "Reforma do Legislativo e da Administração Pública" entregue a Polland; ele também seria um dos possíveis professores do Curso Superior de Atualidades Brasileiras, ministrado pelo IPÊS, para falar sobre "Igreja e Democracia"; estava incluído em uma lista de palestrantes do seminário "Resposta Cristã para um Brasil em Crise", patrocinado pela PUC/Rio e a ADCE para discutir as Reformas de Base, no qual falaria sobre "O Direito de Expressão e sua Função Social"; e ainda integrava uma lista de personalidades a serem convocadas para defender posições similares às do Instituto denominada "reserva de oradores"⁸. Comentando a posição de Câmara, Magalhães afirmava: "O Cardeal está firme" (Atas do CE do IPÊS/Rio, 19/6/62.).

No entanto, a preocupação com a Igreja católica se aguçou a partir de 1967, em especial com a derrota na disputa pela direção da Confederação

6 Atas do CE do IPÊS/SP e Ch. Gr. São Paulo, 18/12/62. Atas do CE do IPÊS, 21/5/63. Atas da CD do IPÊS/GB, 29/11/68.

7 Atas da CD do IPÊS/GB, 7/4/67, 12/5/67, 20/7/67 ou 22/7/67, 25/8/67 e 5/1/68. Ação Comunitária do Brasil – Guanabara. Gerência de Administração. Relatório Semestral de Atividades, Primeiro Semestre de 1968.

8 Atas do IPÊS 17/7/62/ e 20/12/62; Atas do CE do IPÊS, 29/11/62; Atas do CE do IPÊS/Rio, 30/5/62 e 19/12/62; e Carta de Glycon de Paiva Teixeira à Pontifícia Universidade Católica.

Nacional dos Bispos do Brasil do cardeal conservador Dom Vicente Scherer para Dom Aloísio Lorscheider, que presidiu essa entidade até 1979. As críticas foram dirigidas também contra Dom Helder deste modo: “No nordeste, as atividades de Dom Helder Câmara têm sido antes negativas do que positivas. Um pastor de tanto prestígio, como o arcebispo de Olinda e Recife. Exerce sobre os espíritos menos fortes de seu rebanho influência que os predis põem contra os interesses [sic] nacionais” (*Carta Mensal do IPÊS/SP*, nov/dez de 1967, nº 9 e 10).

Mas houve a Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade.

Ah, sim, mas aquilo já foi bem no finalzinho e a Igreja não teve nada a ver com ela. Em São Paulo aconteceu em 19 de março, e no Rio só veio a acontecer no dia 2 de abril, com a Revolução já vitoriosa. Eu me lembro de que, quando estávamos organizando a marcha do Rio, reunimo-nos na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. [...] Foi bem no finalzinho de tudo. [...]

A seu ver, qual foi o principal trabalho do Ipes?

O de centro de orientação da opinião pública, indiscutivelmente. Orientação no sentido de apoiar a derrubada do governo João Goulart. O fracasso de 61 ajudou muito. Ali percebemos a importância de trabalhar a opinião pública. Por exemplo, a Camde, Campanha da Mulher pela Democracia, sabem como surgiu? Ester Lago tinha sido embaixatriz em Caracas e aqui no Rio morava, por coincidência, no mesmo prédio que o Eugênio Gudín, em Copacabana. Veio um padre da Venezuela e procurou-a com a idéia da criação da Camde. Por ela pegou o padre e levou-o ao Gudín, que disse: “ Isso é coisa para o Flôres”.

[...] Na segunda-feira seguinte levei o padre ao Ipes. Como eu estava indo muito a Brasília, o assunto foi entregue ao Glycon de Paiva; foi ele o responsável final pela criação da Camde.

Essa articulação teria sido bem mais profunda. O potencial das mulheres de classe média no ataque a João Goulart foi rapidamente percebido por Paiva, que a considerava o exemplo perfeito de uma “Idéia-Força”, contando com organização, dinheiro e *slogans* adequados. As organizações

femininas e católicas proporcionaram a mais visível ação cívica, assegurando apoio significativo à Caixa de Ressonância do IPÊS, uma máquina poderosa de comunicação de grande alcance, e às marchas organizadas nas principais cidades brasileiras.

O Instituto custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes do país, assim como outros grupos conservadores católicos femininos e de caráter familiar.

Em 17 de julho de 1962 a questão de providenciar lideranças para a Campanha da Mulher Brasileira foi discutida no CE do IPÊS/Rio. Uma semana depois, Paiva levou dois cheques, de 100.000 e 45.000 cruzeiros, para a Campanha da Mulher pela Democracia (Atas do CE do IPÊS, 26/7/62). A Marcha do Terço, foi organizada em fevereiro de 1963 por entidades femininas patrocinadas pelo IPÊS no prédio da SRB sob a supervisão de membros do Instituto.⁹

O senhor achava mais tranqüilo negociar com sindicatos liderados por pelegos ou por aqueles já mais esquerdistas?

Tanto faz, eu negocieei com todos eles e ainda com os liderados pelos padres. [...] Logo depois da Revolução de 64, foram cassados todos os líderes conhecidos e apareceram novos. Em seguida, eu fui a uma reunião no Ministério do Trabalho. [...] Estavam presentes todos os diretores do Sindicato dos Bancários. [...] Eu perguntei: “O senhor que está sentando, qual é seu nome?” Ele disse. Eu saí dali e comuniquei ao general Golberri do Couto e Silva, no SNI: “O novo chefe dos bancários é fulano”. [...]

Agora, além das eleições, o Ibad tinha a preocupação de atrair setores trabalhistas e sindicais.

Ah, mas nós do Ipes também. Conseguimos virar muitos sindicatos em São Paulo; não só sindicatos como também organizações estudantis. Mas cada um de nós atuava por seu lado. Éramos

9 Atas do IPÊS, 13/11/62; Atas da CD do IPÊS, 19/11/63 e 31/1/63; Atas do CE do IPÊS/Rio, 12/10/62 e 19/11/62; Atas da CD do IPÊS/Rio, 5/6/62; Atas do CE do IPÊS/SP, 3/1/63; IPÊS Ch. Gr. São Paulo, 21/8/62; *Relatório de atividades do IPÊS/SP*, 1963; Dreifuss, 1981: 343; Mourão Filho, 1978: 183-201 e 219; Schmitter, 1971: 219-221 e 447; e Silva, 1975: 339.

organizações independentes, com objetivos semelhantes, mas com processos de atuação muito diferentes.

A pesar do relato, as diferenças ideológicas no movimento sindical foram importantes para o IPÊS, que deu apoio a organizações mais afins com seus posicionamentos e combateu ferozmente àquelas que se lhe opunham, evidente na delação que Mello Flores faz a Golbery, chefe do SNI, e no fato de que o IPÊS contribuiu para diversas organizações que nucleavam operários e lideranças sindicais, especialmente vinculadas à Igreja católica, bem como para várias organizações especializadas em formação sindical¹⁰.

Gostaríamos que o senhor falasse de algumas pessoas que participaram do Ipês, além do general Golberi.

[...] o escritor José Rubem Fonseca, que era advogado da Ligth e representava um pouco a área do Antônio Gallotti, presidente da empresa, que só participou ativamente da primeira reunião [...] Já o Rui Gomes de Almeida nunca participou, embora tenha emprestado as instalações para fazermos a primeiras reuniões amplas. E por isso sou muito grato a ele.

Os registros citam ainda outros nomes, como o general João Batista Tubino, José Ermírio de Moraes, Guilherme da Silveira Neto, Zulfo Malmann.

Do general não me lembro mesmo [...]

Efetivamente, a fugaz participação de Almeida como presidente do IPÊS/Rio é algo nebulosa. Foi escolhido presidente o dia 27 de março de 1962 e apresentou sua renúncia pouco depois (Atas da CD do IPÊS/Rio, 27/3/62 e 22/5/62). Esse afastamento intempestivo obedecia, possivelmente,

10 *Livro Diário do IPÊS/Rio*, 1962 e 1963; Atas do CE do IPÊS, 2/4/62, 17/5/62, 27/3/62, 2/7/62, 28/8/62, 2/10/62 e 16/10/62; Ata do CE e da CD do IPÊS, 4/12/62; Atas do IPÊS/Rio, 27/3/62; Atas do CE do IPÊS/Rio, 8/1/63 e 15/1/63; Atas do CE e da CD do IPÊS/SP, 20/11/62; Atas do CE do IPÊS/SP e Ch. Gr. São Paulo, 8/1/63; Atas da CD do IPÊS/SP 22/5/62; IPÊS, Ch. Gr., São Paulo, 5/6/62; Carta da Federação dos Círculos Operários Fluminenses ao IPÊS de Niterói, 26/2/64; Carta de José Rubem Fonseca ao Padre Velloso; Carta do IPÊS ao Padre Velloso, Rio de Janeiro, 18/5/65; e IPÊS, *Relatório de Atividades*, 1963.

a sua discordância dos empresários paulistas, particularmente Figueiredo, assim como ao fato de sustentar posições agressivas, demonstradas no argumento a favor da retirada do patrocínio ao programa de Chico Anysio, esgrimido assim: “O revólver é nosso. Nós permitiremos que outro o anuncie e atirem em nós?”, e em outras formas de pressão: “Convocar todos os patrocinadores importantes e ‘policiair’ os seus programas” (Atas da CD do IPÊS, 22/5/62).

O general João Baptista Tubino participou do IPÊS integrando seu Grupo de Levantamento da Conjuntura, chefiado pelo general Golbery, e teria se ocupado de alguns aspectos do Curso de Atualidades Brasileiras que o Instituto ministrava (Atas do CE do IPÊS/Rio, 29/11/62; José Rubem Fonseca, IPÊS, Plano do General Golbery do Couto e Silva, 6/5/63; e IPÊS, Documento, *Curso de Atualidades Brasileiras*).

A seção paulista do Ipes tinha um braço no movimento estudantil, chamado GAP, Grupo de Ação Patriótica, cujo presidente era Aristóteles Drummond.

Eu conheço o Aristóteles Drummond, mas não me lembro dele nessa época [...] Eu o encontrava sempre na casa do Roberto Campos.

Há registros de que, na época, Aristóteles Drummond teve grande atuação, inclusive com armamentos.

É possível que tenha tido atuação, mas essa história do armamento é uma das muitas lendas inventadas depois. Diziam que o tal armamento entrava no Brasil transportado pelos navios da L. Figueiredo, a empresa de transportes do João Batista Leopoldo de Figueiredo, mas era tudo falso.

Desde 1962, o IPÊS dava apoio ao Grupo de Ação Patriótica (GAP), que atuava no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sob a liderança de Aristóteles Drummond. O contato efetuou-se sob intermediação da CIA, semanas depois que Drummond concedera uma entrevista radial. Posteriormente, membros do IPÊS descarregaram uma massa apreciável de livros e panfletos no seu apartamento e o convidaram a participar da “Rede da Democracia”, opositora à “Cadeia da Legalidade”, liderada por Brizola.

A Leopoldo Figueiredo Navegação, companhia de transportes marítimos do presidente do IPÊS, sediada em New York, teria transportado

armas e equipamentos para os conspiradores. Outros armamentos foram obtidos por Alberto Byngton, enviado a Washington com retorno para o dia 31 de março de 1964, dentro do plano da “Operation Brother Sam”, quem também compraria dois carregamentos de combustível para abastecer os conspiradores, sem poder ser definida a fonte do dinheiro.

Esses apetrechos não eram apenas para uso dos militares. Os empresários do Rio de Janeiro também se armaram nas “unidades de controle de bairros”, grupos treinados para uso de pequenas armas de fogo e bombas de plástico. Jorge Behring de Mattos exortava aos setores opositores: “Armai-vos uns aos outros, porque nós já estamos armados” e Rafael Noschese teria proporcionado uma fazenda de sua propriedade, onde os conspiradores montaram depósitos de munição, uniformes e alimentos.

Henning Albert Boilesen, empresário dinamarquês naturalizado brasileiro membro do IPÊS, foi responsável por um esquema de apoio financeiro para o aparelho repressivo da Polícia e das Forças Armadas. Por sugestão do ministro Antônio Delfim Netto, reuniu um grupo de empresários que contribuiu financeiramente e com equipamentos para a Operação Bandeirantes (OBAN). Gastão Eduardo Bueno Vidigal, também membro do Instituto, era um dos mais importantes colaboradores desse esquema, entanto que as empresas Ford e Volkswagen forneceriam carros, a Ultragás emprestaria caminhões e a Supergel abasteceria a carceragem com refeições congeladas.

As contribuições de Boilesen iriam além de angariar recursos entre seus pares, chegando praticar atos de tortura, e, inclusive, um instrumento para tal fim foi apelidado na sua homenagem de pianola “Boilesen”. Em represália, ele seria assassinado no dia 15 de abril de 1971 em uma emboscada montada por integrantes do Movimento Revolucionário Tiradentes e da Vanguarda Popular Revolucionária.

Outros líderes exportariam para países vizinhos a perícia adquirida em ações que fariam parte da Operação Condor. Depois da derrubada de Salvador Allende, Paiva afirmou: “a receita existe, e o bolo pode ser assado a qualquer hora. Vimos como ele funcionou no Brasil, e agora novamente no Chile”¹¹.

11 *Veja*, São Paulo, 9/3/77; *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/3/64; *Bandeira*, 2001: 61, 161 e 173-184; Dreifuss, 1981: 399; Gaspari, 2002: 344 e 345; Gordon, 2002: 361; Gorender, 1987: 235; Moraes, 2004: 297-314; Quadrat, 2002: 167-182 e 2004.

Os contatos com o II Exército eram feitos através do coronel Rubens Restel?

Esse nome não me é estranho, não [...]

Torna-se difícil para Mello Flores ocultar a relação do IPÊS com o tenente-coronel Rubens Resteel, que participou integrando seu Grupo de Levantamento da Conjuntura, chefiado pelo general Golbery, e como um dos articuladores da conspiração militar. Suas principais funções foram as de assistir o general Agostinho Cortes, que comandava um grupo golpista, neutralizar financeiramente o general Olympio Mourão Filho, que havia se convertido em importante empecilho para os conspiradores ligados ao IPÊS, e servir de elo entre os militares de São Paulo e Rio de Janeiro, quando foi transferido para atuar no gabinete do Estado-maior das Forças Armadas (Stepan, 1971, p. 186; Mourão Filho, 1978, p. 186 e 220-222; Silva, 1975, p. 378.).

Portanto o Ipes perdeu sua razão de existir a partir do momento em que o governo foi deposto, não é?

Eu achei que ele poderia continuar, com algumas correções de rumo. Eu já não estava mais na diretoria, estava só no conselho, quando o Glycon e o Harold Polland cancelaram – sem me avisar, o que foi muito incorreto – o grupo que eu tinha em Brasília e que servia de ponta-de-lança no Congresso. Pura falta de visão dos dois; acharam que estava tudo resolvido com a vitória da Revolução, quando, no tempo do Castelo, em que não se abusava do decreto-lei, em que se mandavam projetos para o Congresso, houve lutas grandes para aprovar leis. Mas eu disse aos dois: “Ou vocês mantêm esse grupo funcionando ou eu retiro minhas companhias do Ipes”. Eles insistiram, eu tirei as minas quatro companhias e saí do Ipes. O que elas pagavam ao Ipes era mais do que custava o grupo em Brasília; fiquei com o grupo para o sistema Sul América e saí do Ipes.

Ao contrário do que Mello Flores afirma, as dificuldades que os membros do IPÊS teriam que enfrentar após o golpe foram rapidamente percebidas e dois dias depois de ocorrido foi realizada uma reunião con-

junta das lideranças cariocas e paulistas na qual se defendeu a necessidade de que o Instituto continuasse em atividade como forma de garantir a vitória de suas idéias dentro do novo governo, isto é, assumir a administração e conter os grupos econômicos e militares e facções políticas contrárias, prosseguindo os trabalhos de uma comissão montada com o fim de preparar “um plano de ação para os próximos 30 dias”, decisivo na conformação do regime.

Nessa reunião, Figueiredo e Ayres Filho chamaram a atenção para o fato de que o IPÊS “ainda estava longe da vitória” e a “estrada a seguir poderia lhes trazer dificuldades”. Figueiredo exigia a dedicação e contribuição contínuas, porque a partir desse momento talvez viesse “a parte mais importante e mais difícil”. Paiva sentenciava: “fazer uma revolução é uma coisa, mas sustentá-la é outra. O perigo agora é que, nós, que iniciamos essa revolta, poderíamos relaxar” (Atas do CE do IPÊS, Reunião especial dos IPÊS/Rio-SP, 3/4/64).

Considerações finais

O debate a respeito da forma de trabalhar com os construtores da história oficial e do perigo que representa reproduzir a versão dos vencedores é intenso. No entanto, mesmo que seja possível utilizar essas fontes para reconstituir os fatos, através da ampliação ou complementação com outros dados, muitos duvidam de sua validade como evidência e descrêem de sua utilidade quando é abordado um episódio em que não falta documentação.

Por isso, ainda que a inquietude de trabalhar com as elites surja em sentido contrário à origem da história oral, inicialmente vinculada com a idéia de incorporar a palavra do “outro”, do marginalizado, dos grupos “não hegemônicos”, excluídos da história oficial, estas reflexões tentam pensar sua utilidade como uma metodologia que permitiria elucidar as representações que são construídas por esses grupos, como mediação simbólica e elaboração de sentidos.

Indivíduos como Mello Flores dispõem de recursos para contar seus passos pela história e daí que a singularidade das entrevistas com membros da classe dirigente radique na possibilidade de analisar o próprio discurso sobre essa passagem histórica que, por ocupar um lugar privilegiado na estrutura do poder, tende a legitimar a ordem estabelecida.

Desse modo, para responder a tal desafio estivemos atentos ao que o entrevistado diz, a como o diz e ao significado do que diz. Questionamos seu discurso, explorando suas contradições inerentes, descobrindo suas raízes sociais, em síntese, desmitificamo-lo. Tarefa que na situação de entrevista é colocada de forma desencarnada, já que sua condição existencial é a relação intersubjetiva que ela põe em jogo. Não obstante, o fato de incorporar o “subjeto” como objeto de estudo não signifique que devamos abandonar as regras da abordagem científica, a confrontação das fontes e sua análise crítica.

Como em quase todos os relatos autobiográficos, os membros da elite constroem uma imagem pública de si mesmos, para ser apresentada diante dos outros e, desde ali, colocam-se como protagonistas do relato, narrando e impondo seus pontos de vista, já que eles sabem que, apesar de falar ao entrevistador, em última instância, falam, por seu intermédio, à história, circunstância que pode conter ou, ao contrário, estimular sua verve.

Embora qualquer pessoa possa, desse modo, construir sua imagem, trabalhar com os membros da elite nos apresenta um problema adicional. Visto que estão acostumados a dialogar e a se expor ao julgamento público, encontram-se em melhores condições para desenvolver uma reflexão articulada sobre suas próprias vidas e experiências. Em geral, sabem inibir sua livre expressão, convertendo a declaração e o discurso em um instrumento ideológico e de poder na arena política. O silêncio e a discrição são a regra. Quanto mais destacados e ativos forem os atores, mais conscientes serão também do risco de conceder informações sobre seu próprio desempenho ou do de seus pares.

Assim, trabalhar com esse tipo de indivíduos constitui um grande desafio porque, apesar da importância do papel que cabe ao entrevistado, as entrevistas estão longe de ser um produto elaborado apenas por um único ator. Elas são resultado de uma atividade conjunta entre entrevistado e entrevistador, organizadas a partir dessa inter-relação e sustentadas nas suas próprias perspectivas históricas e formas de construir as narrativas.

Por isso, vemos a entrevista como uma relação de tensão, que resulta na construção de um relato, no qual cada parte implicada possui uma determinada maneira de ver o mundo, que privilegia determinados interesses sobre outros. Assim, a entrevista em história oral se define como uma circunstância de conflito potencial, onde ambas as partes, por meio de diferentes estratégias, cooperam em uma situação controversa.

Como relação social, a entrevista é uma relação entre desiguais, entre indivíduos socialmente definidos, que operam teleologias diferentes. Enquanto o entrevistador/historiador procura responder aos problemas da história com a rigorosidade do método, o entrevistado procura narrar seu relato, contar sua própria história, sem responder demasiado a essa preocupação. Portanto, a fluidez das lembranças, os silêncios e os desvios serão produtos dessa interação, na qual como co-participes elaborarão um produto perpassado pelas suas próprias subjetividades.

As narrativas representam as formas como determinadas classes, facções e interesses enxergam o mundo. Daí que podem existir conflitos entre diferentes interpretações, transformando o cenário da entrevista em uma arena para o questionamento da interpretação da práxis política da história. Essas visões conflituosas podem ser deduzidas das conversações ocultas que se travam entre o entrevistador, o entrevistado e o resto do mundo, os futuros usuários ou leitores da entrevista.

O risco de ser contradito na forma como o indivíduo vê sua vida pode desencadear uma luta pelo controle da entrevista e, por conseguinte, da interpretação. Mello Flores inicia vários trechos com expressões como: “Errado de novo”, “Discordo inteiramente”, “Essa afirmação é totalmente falsa” e “mas essa história do armamento [...] era tudo falso”, frases que dão conta de como ele assume ou se coloca em uma posição de dominação, segundo uma determinada estrutura de relações sociais de poder, oferecendo seu testemunho como revelador da verdade. Situação na qual podem colaborar os fatores de ocupar uma elevada posição social, bem como a vice-presidência da FGV, à qual pertenciam os entrevistadores, e ainda ter comandado uma das empresas que patrocinou a edição do volume.

Embora a entrevista trate do passado, ela ocorre no presente. A colocação do indivíduo como protagonista do relato resulta em uma construção *a posteriori*, retrospectiva na qual pode operar sobre sua identidade de forma ativa, inclusive ocultando e camuflando seus pontos obscuros. Nesse discurso autobiográfico é o narrador quem nomeia, adjetiva, interpreta e explica, movendo-se com discrição no tempo e no espaço de sua vida, dando-lhe sentido e coerência, construindo e justificando uma identidade de si mesmo. Desde essa lógica, é possível compreender os esquecimentos, os vazios, as resistências, as ambigüidades, as divergências, as

contradições e as obsessões, em um processo no qual se conjugam a memória privada e a memória pública.

Como produtora de representações, a memória revela mentalidades, valores, idéias e prejuízos que são produtos do contexto em que interage o ator. Antes que um depósito passivo de fatos é um processo ativo de criação de significados. Mas, mesmo que seja, em rigor, uma reflexão sobre a atualidade, ela está composta por uma seleção de fatos do passado significativos no presente e, por isso, sempre é uma obra em processo, de tal forma que esse exercício vai mudando, atua desde o presente e se ordena retrospectivamente, embora nem sempre de forma cronológica, podendo voltar freqüentemente a um número restrito de acontecimentos ou errar no ordenamento dos fatos, como efetivamente aconteceu na lembrança sobre a criação do IPÊS.

A entrevista é uma situação extraordinária que dá ao informante a oportunidade de desenvolver seus próprios pensamentos e idéias, porém o obriga a fazer uma narrativa ordenada para dar-lhe sentido e compreensão. Essa ocasião permite-lhe revisar sua história desde um determinado tempo presente e em um determinado contexto, cujos sentidos, significados e representações sondamos, interpretando esse discurso individual conjuntamente com o discurso social que lhe subjaz, que adquire significado em relação à totalidade da qual formam parte.

Dessa forma, memória não é um simples relato linear, está estruturada com hierarquias e classificações que lhe imprimem certa coerência ou enquadramento, estabelecendo laços lógicos entre acontecimentos-chave. A história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência, mediante um processo de seleção, no qual algumas narrativas são descartadas e outras, sintetizadas, reestruturadas e estereotipadas.

Essa história pessoal está entrelaçada com um contexto histórico específico, de mutação social, econômica, política e cultural, que, tampouco, é linear e que, igualmente, poderá se apresentar como contraditório, obrigando ao sujeito a sucessivas adaptações, que lhe demandarão, talvez, diferentes formas de articular sua memória, colorindo e até mudando os relatos públicos sobre o passado.

O processo requer do narrador um esforço para buscar o sentido do passado e dar forma à sua vida, colocando a entrevista em seu contexto pessoal e histórico de um modo que estes possam conviver. A memória

não dependerá apenas da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse e necessidade social no momento presente.

O depoimento analisado se realiza no presente, em um contexto democrático, momento em que Mello Flores se insere como uma autoridade da FGV, instituição de grande credibilidade, inclusive na história oral. No entanto, sua convocação é para falar do passado, associado ao autoritarismo, ao período de quebra institucional, época na qual o entrevistado integrou o IPÊS, entidade que operou por trás dos bastidores para produzir o golpe de 1964, resultando, assim, em uma convivência temporal contraditória e traumática, que interfere constantemente no relato.

Para solucionar esse conflito o entrevistado pode apelar para brancos da memória ou esquecimentos como condição necessária, presumida ou real, para a manutenção da comunicação com o entorno. Pensamos o que éramos no passado, quem somos no presente e o que gostaríamos de ter sido e ser. O indivíduo cria uma auto-imagem coerente ou um auto-desenvolvimento lógico, uma carapaça protetora, na qual os eventos são preservados ou esquecidos, procedendo a sua reordenação, segundo o papel que desempenhem na criação desse auto-retrato mental.

Certas passagens de sua vida, por demais íntimas, contraditórias, desabonadoras ou perigosas para que fossem reveladas, são, consciente ou inconscientemente, esquecidas, apagadas, enterradas. Algumas facetas que também são privadas, dependendo do seu estado de espírito, podem ser contadas aos mais próximos ou aos mais queridos. Outros aspectos podem ser de domínio público e lembrados com maior facilidade, articulando-os para proporcionar uma memória crível que dê um sentido à sua vida.

Nesse sentido, Mello Flores, recria uma imagem mais amável do IPÊS. Procura diferenciá-lo do IBAD, que, em seu relato, arca com todos os ônus, tentando fazer com que não sejam percebidos os nexos e as semelhanças entre os dois; tampouco lembra de acontecimentos ou de figuras comprometedoras, como Drummond e o tenente-coronel Reestel; e minimiza articulações entre diferentes forças que levariam ao golpe de 1964, entre elas os papéis desempenhados pela ADP e pela Igreja católica.

No posicionamento interno do IPÊS, Mello Flores mantém o olhar estereotipado acerca das diferenças entre empresários paulistas e cariocas, mas trata de realçar a importância destes últimos durante sua criação e na visão política da entidade, colocando-se inclusive na vanguarda de seus conterrâneos.

Embora o ator incorra em erros e omissões ou chegue mesmo a mentir ao longo da reflexão, ou na reconstituição de eventos, é difícil que ele seja capaz de recriar a realidade com um discurso insistentemente falso e sem brechas, já que as histórias de vida raramente conseguem proporcionar um domínio completo e satisfatório das ameaçadoras experiências do passado, estabelecendo um equilíbrio precário, com um sem-número de contradições e tensões. A tentativa de compor um passado harmônico não é inteiramente bem-sucedida, e nunca será plenamente alcançada, sendo o resultado final fragmentado e contraditório.

Por isso, o discurso de Mello Flores contém inúmeras incongruências. Para ele se, por um lado o IPÊS tinha tudo às claras, as doações extras corriam por fora e seu presidente atuou corretamente ao esconder dados exigidos pela CPI. Ainda que negue a ingerência estrangeira, ela é admitida na narrativa de um caso. Mesmo que proclame a total homogeneidade de sua cúpula, os relatos das diferenças entre seus dirigentes pipocam obsessivamente. Por fim, é pouco convincente sua explicação de que ele não tinha nada a ver com o IBAD, cujo presidente lhe confiava sua direção nos momentos em que se ausentava e também algumas somas pecuniárias.

Desse modo, a contrastação heurística da entrevista revela-se rica para compreender as representações que o entrevistado tece sobre seu passado, que adquire outra dimensão quando são colocadas nesse contexto, assim como verte luz sobre outras fontes, o que se perderia irremediavelmente em caso de que usemos apenas um recurso metodológico.

Resumo: Neste artigo desconstruímos partes de uma entrevista que pesquisadores pertencentes ao Centro de Pesquisas e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) obtiveram de Jorge Oscar de Mello Flores, publicada no livro *Na periferia da História*, capítulo 6, intitulado “Ibad e Ipes – o empresariado se organiza” a partir da qual elaboramos uma reflexão mais ampla acerca dos desafios que representa trabalhar com depoimentos orais de atores relevantes vinculados com o golpe de 1964 como recurso empírico ou metodológico para a reconstrução histórica brasileira desse período.

Palavras-chave: Brasil; Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais; Jorge Oscar de Mello Flores.

Reflections about oral sources trough the deconstructing of Jorge Oscar de Mello Flores’s statements

Abstract: In this paper we deconstruct parts of the interviews give by Jorge Oscar de Melo Flores to researcher from Centro de Pesquisa e Documentação

(CPDOC) of Fundação Getúlio Vargas (FGV) published in the book *Na periferia da História*, chapter 6, called “Ibad e Ipes – o empresariado se organiza”. We have made a deep reflection on the challenges of working on oral statements of important players linked to the 1964 coup d’etat as an empirical or methodological resource of reconstruction of the history of Brazil at that time.

Keywords: Brazil; Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais; Jorge Oscar de Mello Flores.